



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

### **Gabinete da Deputada Estadual Ana do Gás**

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio do Rangedor – Cohafuma  
São Luís - MA – 65.071-750 - Tel. 3669-2424 /3269-3232: [gabineteanadogas@gmail.com](mailto:gabineteanadogas@gmail.com)

## **PROJETO DE LEI Nº        /2025**

### **Dispõe sobre a criação do Programa Infância e Juventude sem Racismo no Estado do Maranhão e dá outras providências.**

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão resolve:

**Art. 1º** – Fica criado, no âmbito do Estado do Maranhão, o Programa Infância e Juventude sem Racismo, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral da infância, conforme a Lei Federal nº 13.257/2017, que dispõe sobre a Política Nacional para a Primeira Infância.

**Art. 2º** – O Programa Infância e juventude sem Racismo tem como finalidade:

**I** – Orientar as famílias, bem como os órgãos da Administração Direta e Indireta, sobre as maneiras de contribuir para uma infância sem racismo, respeitando as especificidades culturais do Maranhão, especialmente as comunidades negras, indígenas e de povos tradicionais;

**II** – Promover a equidade na educação por meio da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena nas escolas, bem como a implementação das Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola e dos Povos Indígenas no Estado do Maranhão;

**III** – Educar para o respeito às diferenças, considerando a pluralidade étnica e social do território maranhense, com ênfase nas crianças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, migrantes e das comunidades de matrizes africanas, promovendo o respeito à diversidade cultural e social do nosso povo;



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

### **Gabinete da Deputada Estadual Ana do Gás**

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio do Rangedor – Cohafuma  
São Luís - MA – 65.071-750 - Tel. 3669-2424 /3269-3232: [gabineteanadogas@gmail.com](mailto:gabineteanadogas@gmail.com)

**IV** – Ampliar o acesso à literatura infanto-juvenil com a temática afro-indígena e maranhense, em ambientes escolares e outros espaços de socialização das infâncias, com ênfase na valorização da cultura e história local;

**V** – Estimular campanhas de enfrentamento à violência sofrida por crianças negras, indígenas, quilombolas, migrantes e comunidades tradicionais, com especial atenção ao combate ao racismo recreativo nas escolas e outros espaços de convivência;

**VI** – Valorizar a estética, cultura e arte africana, afro-brasileira, indígena e quilombola, com particular ênfase na arte maranhense, nos meios de comunicação e espaços culturais do Estado;

**VII** – Fomentar ações intersetoriais com outros órgãos do poder público estadual, municipais, Conselhos da Criança e do Adolescente e organizações sociais para uma infância sem racismo;

**VIII** – Proporcionar aos gestores e servidores públicos do Maranhão, formação inicial e continuada para a conscientização sobre a criação de uma cultura antirracista, respeitando as especificidades regionais;

**IX** – Implementar programas na área da assistência social e saúde para eliminar práticas racistas no atendimento de crianças e adolescentes, com especial atenção às populações periféricas, quilombolas e indígenas;

**X** – Criar estratégias que garantam assistência adequada e um ambiente facilitador para o pleno desenvolvimento das crianças negras, indígenas e quilombolas, com atenção humanizada à gestação, parto, nascimento e à saúde infantil, especialmente para as crianças com deficiência e em situação de vulnerabilidade;

**XI** – Realizar campanhas de combate à invisibilidade de crianças negras e com deficiência, promovendo a inclusão e o respeito às diversidades;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

**Gabinete da Deputada Estadual Ana do Gás**

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio do Rangedor – Cohafuma  
São Luís - MA – 65.071-750 - Tel. 3669-2424 /3269-3232: [gabineteanadogas@gmail.com](mailto:gabineteanadogas@gmail.com)

**XII** – Esclarecer sobre as formas de discriminação e preconceito, com informações sobre a Lei nº 14.532/2023, que equipara injúria racial ao crime de racismo;

**XIII** – Estruturar canais de denúncia junto à Defensoria Pública do Estado do Maranhão para garantir a efetivação da política de enfrentamento ao racismo e à discriminação;

**XIV** – Criar órgãos de monitoramento para a implementação e avaliação contínua da política, com produção de indicadores e relatórios sobre a efetividade das ações;

**XV** – Assegurar a participação e a opinião das crianças e adolescentes de comunidades periféricas, quilombolas, indígenas, migrantes e de matrizes africanas na formulação de políticas públicas voltadas a esse segmento.

**Art. 3º** – Para fins do art. 2º, inciso V, desta lei, considera-se racismo recreativo as práticas de humor, brincadeiras ou qualquer tipo de mensagem que tenha o intuito de diminuir indivíduos em função da sua raça, cor de pele, traços físicos ou qualquer característica associada à negritude ou à identidade indígena.

**Art. 4º** – O Programa Infância sem Racismo será desenvolvido pelo Poder Público Estadual, em parceria com os municípios e com a sociedade civil organizada, garantindo a participação ativa das comunidades quilombolas, indígenas e de matriz africana na sua execução.

**Art. 5º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 03 de abril de 2025.

Ana do Gás  
Deputada Estadual



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

### **Gabinete da Deputada Estadual Ana do Gás**

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio do Rangedor – Cohafuma  
São Luís - MA – 65.071-750 - Tel. 3669-2424 /3269-3232: [gabineteanadogas@gmail.com](mailto:gabineteanadogas@gmail.com)

### **JUSTIFICATIVA**

A desigualdade racial persiste como um desafio estrutural na sociedade, refletindo-se na educação, no acesso a oportunidades e na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Crianças e jovens negros, indígenas e quilombolas enfrentam barreiras que comprometem seu pleno desenvolvimento, perpetuando ciclos de exclusão e discriminação.

O presente projeto de lei busca implementar políticas públicas eficaz com o Programa Infância e Juventude sem Racismo que tem por objetivo assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, enfrentando a generalização das políticas públicas voltadas à primeira infância e juventude que negligenciam o viés racial como fator determinante de desigualdades. Embora a população negra seja majoritária no Maranhão, representando 79% da população total do estado, há escassez de políticas direcionadas ao enfrentamento das desigualdades socio-raciais que afetam esse grupo.

A invisibilidade de crianças indígenas, quilombolas, ciganas e pertencentes a povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas persiste, mantendo-as à margem das políticas públicas. Os impactos do racismo na primeira infância são prejudiciais ao pleno desenvolvimento das crianças, especialmente dos 0 aos 6 anos de idade.

No ambiente escolar, o racismo pode se manifestar tanto nos processos de socialização entre crianças quanto nas interações com professores, refletindo-se na diferenciação dos cuidados e atenções dispensadas. Estereótipos negativos são frequentemente atribuídos a crianças negras, especialmente meninos, rotulados como "bagunceiros" ou "indisciplinados". O racismo recreativo, caracterizado por práticas humorísticas depreciativas, é comum na socialização de crianças e jovens no ambiente escolar. A escola desempenha um papel fundamental na superação dessas práticas que contribuem para desvantagens estruturais no sistema de ensino, resultando em maiores taxas de evasão escolar entre meninos e meninas negros.



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

### **Gabinete da Deputada Estadual Ana do Gás**

Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio do Rangedor – Cohafuma  
São Luís - MA – 65.071-750 - Tel. 3669-2424 /3269-3232: [gabineteanadogas@gmail.com](mailto:gabineteanadogas@gmail.com)

A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, é um passo importante, mas insuficiente sem políticas complementares que abordem diretamente o racismo estrutural desde a infância.

É crucial fortalecer estratégias que garantam assistência adequada às gestantes e às crianças nos primeiros anos de vida. Pesquisas indicam que mulheres negras são as que mais sofrem violências obstétricas, evidenciando a necessidade de ações específicas para combater o racismo e o machismo nos cuidados de saúde materno-infantil.

Além disso, dados recentes revelam um aumento alarmante nos casos de racismo e injúria racial no Maranhão. As denúncias saltaram de 19 em 2023 para 76 em 2024, um crescimento de 300%. Esse cenário reforça a urgência de políticas públicas que promovam a equidade racial nos serviços básicos, como educação, saúde, assistência social, lazer, cultura e práticas esportivas, assegurando que as infâncias, em sua diversidade, sejam contempladas na construção de políticas mais inclusivas.

Assinatura manuscrita de Ana do Gás em azul.

**Ana do Gás**  
**Deputada Estadual**